

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.024 - DF (2019/0220399-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **ÁLVARO PEREIRA IACCINO**
ADVOGADO : **ALVARO PEREIRA IACCINO (EM CAUSA PRÓPRIA) - DF019995**
RECORRIDO : **GISELIA FERREIRA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por ÁLVARO PEREIRA IACCINO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (HC n. 0706709-77.2019.8.07.0000).

Segundo consta dos autos, 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher de Brasília deferiu medida protetiva determinando o imediato afastamento do recorrente de sua residência, por 180 dias, em razão da suposta prática do crime tipificado no art. 150 do Código Penal.

Na ação originária, a defesa alegou nulidade absoluta da decisão por ter sido decretada por incompetência do juízo que decretou a medida; violação à competência funcional, visto que não observou medida liminar deferida por Desembargador em mandado de segurança, bem ainda, ausência de conduta dolosa a caracterizar a violação do domicílio. Ao final, postulou a revogação das medidas aplicadas e o trancamento do inquérito pela ausência de tipicidade formal.

O Tribunal impetrado, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fls. 226/227):

H ABE AS CORPUS. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. RATIFICAÇÃO DE DECISÃO EXARADA POR JUIZ INCOMPETENTE. VIOLAÇÃO DE ORDEM EXARADA DE ÓRGÃO SUPERIOR. INOCORRÊNCIA. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. ATIPICIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Não há óbice à ratificação pelo Juízo competente de

decisão exarada por Juiz incompetente.

2. Não subsistindo decisão da instância superior no sentido de permitir o regresso do paciente ao lar, não há falar em nulidade ou ineficácia das medidas protetivas de urgência estabelecidas pelo Juízo de primeiro grau, que determinou, dentre outras medidas, o afastamento do paciente do lar do ex-casal.

3. Não é possível o enfrentamento da temática de trancamento do inquérito policial, por atipicidade da conduta de invasão de domicílio, por este egrégio Tribunal, sem que antes tenha sido submetida ao crivo do Juízo de primeiro grau, sob pena de supressão de instância, pois a autoridade coatora seria o Delegado de Polícia.

4. A dissolução da união estável e a separação de corpos é incompatível com a conclusão de que o paciente poderia retornar ao lar habitado pela ex-companheira.

5. As medidas protetivas de urgência, previstas na Lei n. 11.340/2006, podem ser pleiteadas e deferidas de forma autônoma para resguardar as vítimas de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor (Precedente: STJ, Resp 1419421/GO).

6. Ordem denegada.

Nas razões do presente recurso, a recorrente alega sua inocência quanto à imputação de violência doméstica, não sendo descrita na decisão de primeiro grau nenhuma ação ou omissão para tanto. Sustenta que o seu local de moradia também figura como ambiente de trabalho, pois é advogado e possui escritório naquela residência.

Ademais, entende ser atípico o crime de invasão de domicílio para cumprimento da Lei Maria da Penha, em especial quando o "próprio dono adentra a sua própria casa, ostentando as chaves de todos os cômodos da residência" (e-STJ fl. 364).

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a suspensão da medida protetiva de urgência dos Autos n. 0713759-09.2019.8.07.0016.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 377/378).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 384/440) e o Ministério Público Federal, previamente ouvido, manifestou-se pelo desprovimento do recurso, em parecer assim resumido (e-STJ fl. 442):

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. ADEQUAÇÃO. MANUTENÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PARECER PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

Por meio da petição n. 00628277/2019, de 28/9/2019, a defesa combate o parecer ministerial e reafirma não ter praticado atos de violência, bem como a sua inocência, e reitera o pedido de provimento do recurso ordinário (e-STJ fls. 450/453).

Ainda, em nova petição, de n. 00793493/2019, de 26/11/2019, nominada de tutela provisória, lembra que a medida protetiva foi efetivada em 30/3/2019, com validade pelo prazo de 180 dias, tendo expirado em 4/10/2019 e arquivado o processo. Ao final, repete o pedido do recurso para determinar a imediata volta do recorrente ao lar e local de trabalho (e-STJ fls. 458/470).

É o relatório, **decido**.

O recurso está prejudicado em razão do decurso do tempo de validade da medida protetiva aplicada. O próprio recorrente reconhece e apresenta documentos que atestam a perda do objeto. A decisão do Juízo de primeiro grau, de **22/11/2019**, proferida nos autos do processo n. 0713759-09.2019.8.07.0016, não deixa dúvida (e-STJ fl. 469):

Em que pese o pedido de prorrogação das medidas protetivas formulado pela requerente (ID. 48414366), acolho a manifestação ministerial para indeferi-lo. Isso porque a presente cautelar não deve perdurar por tempo indeterminado, porquanto consideradas urgentes, temporárias e precárias, visando à preservação da integridade física e psíquica da mulher vítima de violência doméstica.

Desse modo, considerando o transcurso do prazo de validade das medidas protetivas, bem como a ausência de fatos novos

aptos a ensejar a sua prorrogação, JULGO cumprida a finalidade deste feito.

Ressalte-se que a essência da divergência entre os envolvidos encontra-se na seara patrimonial, devendo a questão ser levada ao Juízo competente para as providências cabíveis.

Arquivem-se os autos, observando-se as comunicações e anotações necessárias.

Oportunamente, trasladem-se cópias das peças principais do presente feito, bem como as que o Ministério Público vier a requerer, aos autos do inquérito policial correlato.

Intimem-se.

Recorde-se que a defesa postula, no presente recurso, a suspensão da medida protetiva de urgência deferida nos Autos n. 0713759-09.2019.8.07.0016, já extinta, como visto acima. Assim, a restrição imposta pelo juízo, estabelecendo o afastamento cautelar do paciente da residência, não mais subsiste. Eventual controvérsia deverá ser resolvida na esfera Cível.

Por outro lado, "[o] ***habeas corpus*** não serve para ressuscitar tema já vencido pelo decurso do tempo [...]" (AgRg nos EDcl no HC 362.669/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 16/08/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator